

A criação da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba

The founding of the Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba

Wilson Sandano

Doutor em Educação (UNIMEP); Professor da Universidade de Sorocaba (UNISO).

E-mail: wilson.sandano@prof.uniso.br

Resumo

A partir da consulta da produção bibliográfica de exemplares de jornais da época e de documentos constantes dos arquivos da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”, de Sorocaba, este trabalho procura mostrar como ocorreu, historicamente, a formação da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba, na década de 1920.

Palavras-chave

Escola normal. Sorocaba. Ensino municipal.

Abstract

Starting from the consultation of the bibliographical production, of copies of newspapers of the time and of constant documents of the files of the Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”, of Sorocaba, this work tries to show how it happened, historically, the formation of the Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba, in the decade of 1920.

Key words

Normal school. Sorocaba. Municipal teaching.

Apresentação

Este texto deriva da pesquisa: “Formação da educação escolar em Sorocaba”, no período de 1850 a 1940, desenvolvida dentro do Grupo de Pesquisa “HISTEDBR – GT Sorocaba”, da linha de pesquisa “História e Historiografia: Políticas e Práticas Escolares”, ligada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

O trabalho foi produzido considerando as fontes documentais localizadas, organizadas, examinadas e sistematizadas; a história da educação escolar em Sorocaba e região, investigada, analisada e interpretada com base na produção historiográfica existente; e a caracterização, ainda incipiente, mas necessária para os fins aqui propostos, de aspectos essenciais para a compre-

ensão da história da educação escolar em Sorocaba e região. Foram consultados, além da produção bibliográfica, exemplares de jornais da época existentes no Gabinete de Leitura Sorocabano e documentos existentes nos arquivos da Escola Municipal “Dr. Getúlio Vargas”¹ e nos arquivos do Jornal “Cruzeiro do Sul”, de Sorocaba.

A partir dos resultados obtidos em nossa pesquisa, o texto procura mostrar como ocorreu, historicamente, a formação e a institucionalização da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba. Apresentamos aqui os resultados obtidos com a pesquisa.

Escola Normal

A primeira escola normal brasileira foi criada na Província do Rio de Janeiro, em 1835, sendo suprimida em 1849. Nos anos seguintes a 1835, foram criadas escolas normais em diferentes províncias, como Minas Gerais e Bahia. Em São Paulo, a primeira escola normal foi criada em 1846, que “parece [...] só formou quarenta professores até 1866; em 1867, foi suprimida [...] (ESCOBAR, 1933, p. 166).

Segundo Tanuri, estas primeiras escolas tinham algumas características comuns:

- a) organização didática extremamente simples, em um curso de dois anos e um ou dois professores para todas as disciplinas;
- b) currículo rudimentar, não ultrapassando o nível e o conteúdo dos estudos primários, acrescido de uma rudimentar formação pedagógica;
- c) infraestrutura bastante rudimentar;
- d) frequência reduzida dos alunos. (TANURI, 2000, p. 65).

Essas primeiras escolas normais tiveram pouco sucesso, chegando-se ao ponto de alguns presidentes de Província rejeitá-las como instrumento de qualificação do pessoal docente.

Segundo Tanuri (2000, p. 65-66),

Pode-se [...] dizer que nos primeiros 50 anos do Império, as poucas escolas normais do Brasil, pautadas nos moldes de mediócras escolas primárias, não foram além de ensaios rudimentares e mal sucedidos. Em 1867, Liberato Barro, registrando a existência de apenas quatro instituições desse gênero no país – no Piauí, em Pernambuco, na Bahia e no Rio –, lamentava o fato de que, em virtude de suas deficiências, ‘nenhum aproveitamento notável tinham elas produzido até então’, de forma que a escola normal era ainda uma instituição ‘quase completamente desconhecida’ [...].

A partir de 1870, ocorrem algumas transformações de ordem ideológica, política e cultural no Brasil. Nesse contexto, disseminou-se a crença de que “um país é o que a sua educação o faz ser”. Assim, passaram a ser defendidas teses como a obrigatoriedade da instrução elementar, a liberdade de ensino em todos os níveis e a cooperação do Poder Central no âmbito da instrução primária e secundária das províncias. É neste contexto que as escolas normais voltam a ser reclamadas. Se, em 1867, havia, como já registramos acima, quatro escolas normais no Brasil; em 1883, eram registradas 22 (TANURI, 2000, p. 66).

Segundo a mesma autora, no final do Império, cada província não tinha mais do que uma escola normal pública (TANURI, 2000, p. 67).

Em São Paulo, em 22 de março de 1874, foi criada uma escola normal na Capital, que foi instalada em 16 de fevereiro de 1875, numa sala do Curso Anexo à Faculdade de Direito. Esta escola durou pouco mais de três anos (ESCOBAR, 1933, p. 167-168).

Em abril de 1880, foi reaberta a escola normal, através da Lei Estadual n. 130, tendo sido instalada em 2 de agosto de 1880 (ESCOBAR, 1933, p. 168).

No início da República tivemos, segundo Escobar, um

[...] período chamado 'o período áureo' da instrução, em que reinou mais entusiasmo pelo ensino por parte de professores, alunos e da população. O Secretário e o Presidente visitavam pessoalmente as escolas, assistiam às festas, animavam os professores e discípulos. (ESCOBAR, 1933, p. 173).

Em 1890, em São Paulo, ocorreu a reforma do ensino normal, sob a direção de Caetano de Campos que, em 1893, foi estendida a todo o ensino público paulista.

Merecem especial destaque: a criação de um ensino primário de longa duração (8 anos), dividido em dois cursos (elementar e complementar); a criação dos "grupos escolares", mediante a reunião de escolas isoladas, com o ensino graduado e classes organizadas segundo o nível de adiantamento dos alunos. A criação de um curso superior, anexo à Escola Normal, destinado a formar professores para as escolas normais e os ginásios. (TANURI, 2000, p. 69)

Segundo a mesma autora, os cursos complementares² se instalaram com o objetivo adicional de preparar professores para as escolas preliminares, com o acréscimo de um ano de prática nas escolas-modelo, aparecendo assim uma dualidade nas es-

colas de formação de professores. (TANURI, 2000, p. 69). Para os fins de nosso trabalho, registre-se que, em 1897, foi criada e instalada a Escola Complementar de Itapetininga³.

Em 1911, as escolas complementares foram transformadas em escolas normais primárias, e as de padrão mais elevado em escolas normais secundárias. A partir de 1920, todas as escolas normais foram unificadas. Registre-se que a Escola Complementar de Itapetininga transformou-se, em 1911, em Escola Normal Secundária de Itapetininga e, em 1913, em Escola Normal de Itapetininga.

Em 1927, durante o Governo Júlio Prestes, ocorreu uma nova reforma do ensino normal, com a redução do curso de cinco para três anos, com exceção do curso da Escola da Praça da República (ESCOBAR, 1933, p. 182).

O Presidente Júlio Prestes assim justificava sua reforma:

[...]

Devido às dificuldades dos programmas e ao longo tempo necessario para o curso completo por anno, mas, mesmo que a média dos diplomados em 1927 continuasse a ser verificada, seriam necessarios 6 annos para que o Estado pudesse ter professores para preencher as escolas estavam vagas.

Isso, tendo-se em vista apenas as escolas até então creadas por necessidade do ensino, sem que se levasse em conta o crescimento de nossa população, o augmento da corrente immigratoria, as renovações das escolas já providas e o numero dos professores que, depois de formados, deixam de seguir a carreira, procurando outras profissões.

Era, portanto, necessária a criação de um novo regimen capaz de atender a essas necessidades, dotando o Estado do numero de professores que as circunstancias imperiosamente reclamavam.

Dahi vêm as razões da ultima reforma do ensino, reduziu o curso das escolas normaes de 5 para 3 annos, sem affectar as exigências de capacidade profissional para o ensino primario.

Além disso, estabeleceu a reforma o regimen das escolas normaes livres, cercadas de todas as garantias de uma severa fiscalização, por meio de inspectores fiscaes e lentes de pedagogia de livre escolha e nomeação do Governo. (SÃO PAULO, 1928, p. 217-218)

As escolas normais livres assim eram chamadas em opposição às escolas normais mantidas pelo poder público provincial. As escolas normais livres eram mantidas pela iniciativa privada ou pelo poder municipal, devendo ser devidamente autorizadas para funcionar.

[...] no estado de São Paulo a equiparação de escolas de iniciativa municipal e particular somente ocorreria a partir da Lei 2.269, de 31/12/1927. Preocupados em preservar a organização do ensino normal traçada nos primórdios do novo regime e temerosos de que a regalia da equiparação viesse deteriorar essa organização, os legisladores paulistas resistiram em franquear o ensino normal à iniciativa privada, só vindo a fazê-lo em 1927 [...]. A medida [...] veio atender a solicitações represadas de inúmeros municípios que pressionavam o poder público pelo direito de terem uma escola normal, de modo que já em 1928 funcionaram 26 escolas normais livres no estado de São Paulo [...] (TANURI, 2000, p. 71-72).

Na região de Sorocaba, em 1928, estavam autorizadas três escolas normais

livres – em Tietê, Piracicaba e Itu. (SÃO PAULO, 1928, p. 221-223)

A Sorocaba do início do século XX

A cidade de Sorocaba prosperou economicamente nos séculos XVIII e XIX como centro do comércio de muares entre o sul do país e a região das minas. As feiras de muares proporcionaram o desenvolvimento de outras atividades manufatureiras, além do comércio.

No final do século XIX, com o encerramento das feiras, a cidade não entrou em decadência, pois estava direcionada a outras atividades econômicas, com a criação das fábricas têxteis e a instalação da estrada de ferro. Denominada “Manchester Paulista” em 1905, teve a indústria têxtil como responsável pela imagem de progresso que as elites republicanas esforçavam-se por passar – a cidade poderia contribuir para o desenvolvimento do capitalismo no país. Visualizada como progressista, a cidade atraía cada vez mais trabalhadores de outras regiões, da zona rural e um grande número de imigrantes, sobretudo italianos, espanhóis, portugueses, além de alemães e ingleses que trabalharam na parte técnica das fábricas e na ferrovia. Os imigrantes concentravam-se nos bairros, alguns tipicamente operários, situados no Além-Ponte (espanhóis) e no Além-Linha (italianos). Dedicavam-se também ao pequeno comércio e à agricultura. Os imigrantes com algum capital de origem eram ligados ao comércio de algodão, técnicos da ferrovia, abriram indústrias variadas, inclusive para abastecimento nacional, como o caso da

produção de banha da família Matarazzo, criaram bancos (família Scarpa). Faziam parte da burguesia, juntamente com a elite da terra, e eram moradores do centro da cidade. Sorocaba, no limiar da década de 1920, possuía 10.734 operários (7.850 no ramo têxtil), aproximadamente 24% da população, de 43.588 habitantes.

Sorocaba apresentava quase todos os melhoramentos de uma cidade de maior porte: iluminação pública, rede de água e esgotos, bondes, cinema, teatro, clubes, linha telefônica, calçamento, adutora, primeiros automóveis, inclusive de aluguel, hospitais, bancos, ferrovia ligando a cidade à capital, jornais e revistas editados no local e outras.

A região de Sorocaba, na década de 1920, contava com aproximadamente 160.000 pessoas, cerca de 12% do total do estado. Era a terceira maior cidade do interior paulista, superada apenas por Campinas e Ribeirão Preto, possuindo 49.468 trabalhadores, sendo 66% no setor primário, 19% no setor secundário e 15% no setor terciário. Devido ao desenvolvimento industrial, que se apresentava no momento, absorvia-se nesta cidade 55,3% da mão-de-obra nas indústrias.

Em 1928, a industrialização também se destacara, contando com 164 empreendimentos e mais de 18 mil operários, incluindo as indústrias médias e pequenas, colocando a cidade na liderança industrial do Estado de São Paulo. Nessa época, também estavam adiantadas as obras das oficinas da Estrada de Ferro Sorocabana, que viria empregar mais de mil pessoas.

Forças políticas de Sorocaba

Na época, a política estadual era dominada pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Em 1901, começaram as disputas internas dentro do partido e surgiu uma dissidência, que foi liderada por Júlio Prestes de Albuquerque.

Em Sorocaba, o PRP também dominava a política e, a exemplo do nível estadual, aqui, igualmente, houve dissidência. A divisão do PRP originou confrontos políticos em espaços institucionais, como a câmara, ou em espaços públicos como as ruas, praças e estabelecimentos comerciais. Suas divergências iam além do plano partidário, chegando a planos pessoais, familiares e das alianças vindas da fase imperial.

A política local foi dividida entre os situacionistas membros do PRP liderados por Luís Nogueira Martins e apoiado pelas famílias Barros, Loureiro e correligionários, e os dissidentes eram liderados pelos Pires de Camargo, que mantinham fortes ataques à situação.

Com opiniões divergentes, em 1906 esses grupos tiveram aparentemente suas questões resolvidas com o “congraçamento” do PRP no Estado. Assim, os Pires de Camargo voltam a dominar a política local e o promotor Luís Pereira de Campos Vergueiro aderiu a essas forças políticas, comandando a política local a partir de 1911, quando foi eleito deputado pela região e, posteriormente, prefeito de Sorocaba (ALMEIDA, 2002, p.369).

Na Sorocaba de fins dos anos 1920, a política estava polarizada entre os apoiadores do senador Lus Pereira de Cam-

pos Vergueiro (os vergueiristas) e um grupo de opositores que clamavam pela renovação de quadros do PRP e, conseqüentemente, do poder político local (os antivergueiristas⁴) (GONÇALVES e GONZÁLEZ, 2007, p. 186).

Luís Pereira de Campos Vergueiro pertencia à quarta geração de descendentes do imigrante português Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que teve uma importante participação na política durante o Império e foi um grande proprietário de terras e produtor de café, o primeiro a usar arado no Brasil e, em 1857, foi o primeiro a incentivar a vinda de imigrantes europeus para trabalhar nas lavouras de café.

O grau de relações sociais dos Vergueiros com as famílias paulistas que influenciavam o poder judiciário como os Silva Prado, Souza Queiroz, Paes de Barros e Almeida Prado facilitou a nomeação do bacharel Luís Pereira de Campos Vergueiro para a promotoria pública de Sorocaba apenas 15 dias depois de sua formatura.

A partir de sua atuação em Sorocaba, Vergueiro foi deputado e senador, ocupou efetivamente o poder regional praticamente durante toda a segunda metade da primeira república.

Campos Vergueiro era maçom, membro da loja Perseverança III, umas das mais importantes instituições maçônicas do estado de São Paulo na época, mas não comungava com as aspirações propagadas pelos maçons, que sempre defenderam a educação escolar para atender a classe operária. Campos Vergueiro dizia que a população operária não necessitava de escolas secundárias, nem de escola normal

e que, contando a cidade com grupos escolares, já era suficiente para a educação básica das crianças. Além disso, criticava a subvenção à escola noturna que a loja maçônica mantinha, destinada aos trabalhadores (ALEIXO IRMÃO, 1995, p.1230).

O Vergueirismo era o Partido Republicano Paulista que dominou a política sorocabana por algumas décadas. Era chefiado, e daí o nome, pelo senador estadual Luiz Pereira de Campos Vergueiro, um homem muito evoluído em alguns assuntos, um retrógrado em outros. Por exemplo: Sorocaba lutava por ter uma escola secundária de humanidades. O Vergueiro dizia que Sorocaba não precisa de ginásios, mas de escolas profissionais, combatendo sempre a instalação daqueles e das escolas normais em nossa cidade. (MEIRA, 1990)

No governo de Júlio Prestes de Albuquerque, o vergueirismo perdeu o poder político na cidade, tendo assumido a liderança como prefeito municipal o Sr. João Machado de Araújo, apoiado por sorocabanos que lutavam pelo avanço educacional na cidade.

Quando Júlio Prestes foi eleito governador do Estado, apoiou dissidentes "peerrepistas" sorocabanos, prometendo-lhes que se derrotassem o vergueirismo, Sorocaba ganharia a sua escola profissional e ele apoiaria com verbas estaduais, que a Prefeitura instalasse um ginásio e uma escola normal (MEIRA, 1990).

Ensino secundário

A instrução secundária surgiu por volta de 1834. Somente em 1847 é que a escola passou a funcionar com aula de latim e francês, sob a regência do professor Francisco de Paula Xavier de Toledo (Pro-

fessor Toledo), tornando-se uma referência em termos de Província – esta escola foi fechada em 1870, por falta de alunos⁵.

Com o fechamento dessa escola, Sorocaba não contou mais com escola pública secundária. A situação perdurou até o final de 1887, quando a Câmara Municipal de Sorocaba comunicou ao Diretor Geral da Instrução Pública da Província a criação de uma escola secundária, o Lyceu Municipal (SANDANO, 2007, p. 194). Segundo Menon, essa escola destinava-se a atender uma minoria privilegiada e preparar somente para a Faculdade, contando com poucos alunos (MENON, 2000, p. 215). Em 1892, o Lyceu Municipal foi fechado e os sorocabanos que pretendiam cursar o ensino superior eram obrigados a se deslocar para São Paulo, Itu ou Itapetininga para realizarem seus estudos de nível secundário. Somente em 1901 é que Sorocaba voltou a ter o curso secundário, com a criação do Liceu Sorocabano, por iniciativa da Loja Maçônica Perseverança III (SANDANO, 2007, p. 197).

Até a fundação de seu primeiro ginásio público, em 1929, Sorocaba teve muitos ginásios privados, ligados majoritariamente à religião católica, mas todos abriam e fechavam com rapidez.

Em 1900 surgiu o Externato João de Deus, de propriedade do professor João Teixeira Ferreira Júnior, que também teve vida efêmera. Entre 1901 e 1907, padres agostinianos abriram o Colégio Nossa Senhora da Conceição, que durou seis anos e foi hostilizado pelos jornais locais porque os padres espanhóis que o dirigiam eram “espanhóis que fugiram de sua pátria” (GONÇALVES e GONZÁLEZ, 2007, p. 183).

Depois disso, os padres beneditinos fundaram o Colégio São Bento, que pouco durou.

As duas únicas instituições de ensino secundário que vingaram, ao longo da primeira república, perdurando após a implantação do primeiro ginásio público até os nossos dias, foram resultado da iniciativa privada: a Escola do Comércio, hoje Organização Sorocabana de Ensino (OSE), uma escola técnica que foi implantada em 1924, e o atual Colégio Santa Escolástica, mantido pelas madres beneditinas (GONÇALVES e GONZÁLEZ, 2007, p. 185).

A criação da Escola Normal

A criação da Escola Normal Livre de Sorocaba representou a realização das aspirações do povo sorocabano que já vinha, há algum tempo, pedindo a instalação de uma Escola Normal, mas não encontrava apoio político que pudesse levar adiante o projeto.

Durante a década de 1920, o crescimento no total de grupos escolares esteve dentro da média nacional, pois, entre 1919 e 1929, constatou-se um aumento de 65,7% no total de escolas públicas no país. Em 1919, um relatório da Prefeitura Municipal apontava a existência de 36 instituições escolares públicas (MENON, 1997, p.43), pouco menos do que se registra dez anos depois.

A educação escolarizada em Sorocaba, seja no período imperial, seja no republicano, não atendeu em nenhum momento às necessidades da população.

Até 1927, Sorocaba não dispunha de nenhuma escola secundária pública. O sis-

tema de ensino contava apenas com grupos escolares primários. Assim, um grupo de cidadãos sorocabanos composto por advogados, médicos e professores, membros do Partido Republicano Paulista (PRP) entendeu que a cidade deveria contar com a existência de um Ginásio Municipal, pois a situação obrigava muitas famílias sorocabanas a se mudarem para outras cidades com o objetivo de possibilitar o estudo secundário a seus filhos.

A cidade se movimentava, pedindo a instalação de uma Escola Normal para o povo Sorocabano.

No início de 1911, o jornal “Cidade de Sorocaba” publicava a seguinte notícia:

Nos primeiros dias do próximo mês de fevereiro deve ficar concluída a organização das Escolas Normais de São Paulo e Itapetininga, sendo então publicados os respectivos regulamentos.

Em quantas outras localidades vão recebendo esses reais benefícios, é justo que Sorocaba, por seu representante belicoso Dr. Campos Vergueiro, só peça para si a criação de distritos de paz para fins políticos? (CIDADE DE SOROCABA, 26 de Janeiro de 1911).

O desinteresse da classe política dominante pela expansão do ensino secundário na cidade pode ser verificado por esta afirmação de Menon:

O engodo político não conhecia limites. O deputado estadual “Dr. Campos Vergueiro” durante a campanha encetada pelo jornal assumia perante a Câmara Municipal o compromisso de continuar a trabalhar junto aos poderes constituintes do Estado, cada vez com mais empenho, para que a justa ambição do povo sorocabano de possuir um estabelecimento em que a sua

juventude e a dos municípios vizinhos possam se ilustrar, torne-se dentro em breve uma realidade. Entretanto, em 18 de outubro de 1912, na seção da Câmara dos Deputados, o mesmo parlamentar, durante as discussões, apresentava o projeto de lei nº 29, em que pedia a criação de quatro escolas preliminares, e somente elas, para a cidade (MENON, 1998, p.39).

Em 15 de novembro de 1912, o mesmo jornal Cidade de Sorocaba noticiava:

Hontem em sessão da Câmara Municipal foi aprovada a indicação do vereador, Sr. Francisco José Fontoura, oferecida como emenda ao projeto do orçamento Municipal, para que a municipalidade se proponha ao Governo do Estado contribuir com a subvenção anual de vinte contos de reis, como auxilio a manutenção de uma Escola Normal, nesta cidade. (CIDADE DE SOROCABA, 15 de novembro de 1912).

A falta do curso secundário na cidade levava até mesmo os políticos da situação a se mudarem da cidade para poderem permitir que seus filhos tivessem acesso à escola secundária.

No final da década de 1920, a falta de um curso ginasial em Sorocaba se tornava insuportável. Ela prejudicava até mesmo os líderes do vergueirismo que ou se conformavam em ver truncada a escolarização dos seus filhos ou se mudavam para outras cidades para que eles pudessem continuar estudando - como fizeram, respectivamente, em 1915, 1916 e 1926, João Climático de Camargo Pires, Carlos Malheiros Oeterer e Joaquim Fiminiano de Camargo Pires, que transferiram residência para Itapetininga, Campinas e São Paulo (SOUZA FILHO, 2004, p. 187).

Neste contexto, pode-se compreender porque a escolarização secundária se transformou na principal expressão de con-

fronto entre as facções locais do PRP. Assim, “em 1925, quando o antivergueirista Gustavo Schereppel foi eleito vereador, a extirpação da ala de apoio a Luís Vergueiro da cúpula da facção local do partido vem associada à primeira notícia que se tem de alguém pedindo a fundação de um Ginásio Municipal em Sorocaba” (GONÇALVES e GONZÁLEZ, 2007, p. 185).

No dia 8 de agosto de 1927, o enviado do governador Júlio Prestes, deputado Bernardo Júnior, que na véspera havia costurado o acordo pelo qual apenas dois vergueiristas permaneciam na direção do partido, deu posse à nova direção, com a mudança de controle do diretório local do PRP – Vergueiro tinha perdido o controle.

O enviado do Governador Júlio Prestes ouviu do vice-presidente do diretório do PRP que estava sendo empossado, como primeira reivindicação, o pedido de criação de escolas secundárias na cidade.

Falou o Sr. Cel. João Padilha sobre a necessidade que apresenta, desde há muito tempo em Sorocaba, da criação de uma escola secundária [...] A fundação em Sorocaba de um ginásio, uma escola normal ou uma instituição profissional é velha e justa aspiração do nosso povo. Devemos considerar que é uns dos problemas mais difíceis para os pais a educação dos seus filhos nesta cidade. Se a família tem recursos e pode mandá-los para fora, a despesa que faz para o custeio deles é considerável, além das preocupações naturais que a separação dá. Muitas famílias Sorocabanas têm sido obrigadas a se mudar para outras cidades por esse motivo. Aqui em Sorocaba só há instrução primária e as tentativas particulares para a organização de um curso secundário. (CORREIO DE SOROCABA, 14 de agosto de 1927, p 1).

Na eleição municipal de 1928, o vergueirismo foi fragorosamente derrotado com a eleição do Dr. João Machado de Araújo para prefeito de Sorocaba, tendo como sua principal plataforma de governo a municipalização do Ginásio Sorocabano, que até a época era um ginásio particular, do qual o próprio prefeito eleito fora diretor. Em 1929, o Dr. Machado de Araújo, já ocupando o cargo de prefeito da cidade, promulgou, em 16 de janeiro, a Lei Municipal n. 209, “encampou” esse ginásio e o transformou em ginásio municipal, bem como criou a Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba.

A criação da Escola Normal Livre Municipal foi apoiada pelo governo do estado, conforme sua promessa aos componentes do diretório municipal do PRP.

Neste ano, Júlio Prestes cumpriu sua palavra, instalando a Escola Profissional e também liberando verbas que permitiu que a Prefeitura, no ano seguinte, fundasse o Ginásio Municipal e a Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba (MEIRA, 1990).

A instalação inicial da Escola Normal Livre contou com o apoio da Maçonaria, a qual ofereceu seu prédio na Rua São Bento, onde funcionava o Externato Sorocabano⁶. Sorocaba deu um grande passo para a expansão educacional da população, que não mais precisaria se deslocar para outras cidades a fim de complementar os seus estudos.

Em 15 de janeiro de 1929, o jornal Correio de Sorocaba informava sobre o início das aulas da Escola Normal Livre de Sorocaba:

Iniciam-se, a 21 do corrente, os exames de admissão dos candidatos ao 1º ano da Escola Normal Livre de Sorocaba.

Esses exames não poderão concorrer os candidatos reprovados nas provas a que submeteram em fins de 1928, em outras normais livres do Estado.

Poderão inscrever-se apresentando os documentos exigidos pela lei, os candidatos que tenham 13 anos completos. (CORREIO DE SOROCABA, 15 de janeiro de 1929).

A Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba começou a funcionar no dia 1º de março de 1929. Seu primeiro diretor foi o professor normalista Antonio Funes, então docente de uma escola noturna em Votorantin.

A maioria dos aprovados eram mulheres que encontravam no magistério a carreira de maior identificação com sua condição familiar, visto que, mesmo ministrando aulas nos grupos escolares, ainda ficavam com parte de seu tempo livre para se dedicarem a outras funções referentes ao lar e à educação de seus filhos.

A Escola Normal Livre iniciou suas aulas com as seguintes disciplinas: francês, desenho, música, geografia, álgebra, português, caligrafia, trabalhos manuais e ginástica. A cidade passou a ser geradora de professores normalistas aptos para o exercício do magistério, proporcionando pessoal para trabalhar nas escolas rurais e isoladas. Para ingressar na escola normal, os candidatos passaram por exames de admissão, cuja relação dos nomes dos alunos aprovados foi publicada no jornal *Cruzeiro do Sul*.

A primeira turma de alunos foi formada por filhos de fazendeiros, de comer-

ciantes prósperos e políticos influentes da cidade e região, dando uma conotação elitista à Escola Normal.

Embora sendo municipal, eram cobradas taxas tanto para as matrículas como mensalidades, o que já prenunciava uma clientela com maior poder aquisitivo.

Art. 9º - As taxas de matrículas, frequência e exames de admissão ao Gymnasio Municipal e a Escola Normal Livre, constam também de tabelas a serem organizadas pela Prefeitura e aprovadas pela Camara, devendo todas as taxas ser as mais modicas possiveis e não podendo a municipalidade fazer desses estabelecimentos fontes de renda com fato de lucros.

§ único - Aos meninos pobres, de ambos os sexos, quando orphams, ou quando filhos ou tutelados de pessoas que não possuam renda superior a 300\$000 mensaes; os quaes tenham demonstrado gosto pelas Letras e applicação ao estudo, com parecer favoravel da congregação, a Prefeitura poderá conceder dispensa de taxas de matrículas, frequencia e exames, não podendo o numero de logares destinados a esses alumnos gratuitos ser superior a dez em cada serie nos dois estabelecimentos a que se refere a presente lei.⁷

Segundo o Prof. Milton Marinho Martins, a taxa cobrada pela escola era alta, fazendo com que a escola fosse acessível a poucos:

Era 120 mil réis por mês, um valor um pouco alto e pouco acessível, meu pai ganhava 300 mil réis por mês para sustentar sete pessoas, fora as despesas como aluguel, farmácia, padaria e mercado, portanto para o ensino não sobraria nada.⁸

Considerações finais

Pelo exposto, constata-se, inicialmente, que Sorocaba, no campo político, econômico e social, vivia momentos de transição, como acontecia em todo o país.

Politicamente, era dominada pelo caciquismo, que foi posto em xeque por um grupo formado, principalmente, por comerciantes identificados com a modernidade, o progresso e os ideais liberais nacionalistas.

Verificamos, também, que a criação da Escola Normal somente ocorreu em virtude da pressão da sociedade sorocabana. Seus anseios por uma escola secundária na cidade apareceram especialmente na imprensa escrita e serviram como forma de pressão sobre a classe política da cidade que, finalmente, os incorporou em suas plataformas eleitorais. A nova direção do PRP precisava mostrar que estava atendendo aos interesses da população.

No entanto, constatamos também que a criação da escola secundária, no nosso caso, a Escola Normal, não foi desfrutada pela maioria da população, pois quando finalmente Sorocaba concretizou sua escola normal, a maioria dos alunos era proveniente da elite local, composta de fazendeiros, políticos e comerciantes.

Referências

ALEIXO IRMÃO, José. *A perseverança III e Sorocaba*. Sorocaba: Fundação Ubaldino de Amaral, 1969. v.1: Fundação à proclamação da república.

ALMEIDA, Aluisio de. *Sorocaba: três séculos de história*. Itu-SP: Otoni, 2002.

_____. *História de Sorocaba-1822-1889*. Sorocaba-SP: Gráfica Guarani, 1951.

Notas:

¹ Esta é a atual denominação da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba.

² Segundo Tanuri, os cursos complementares, em continuação ao primário, eram cursos de preparação à escola normal, justapondo-se ao secundário. “A criação do curso complementar estabelecia um elo entre a escola primária e a normal e o ingresso na última passava a exigir maiores requisitos de formação” (TANURI, 2000, p. 70).

³ Já em 1894, no Governo Provincial de Bernardino de Campos, devido ao prestígio do Cel. Fernando Prestes de Albuquerque, foi designada a cidade de Itapetininga para a sede de uma escola normal – o que somente se concretizou em 1897.

⁴ O grupo antivergueirista era formado por comerciantes e pequenos empresários aliados a Júlio Prestes de Albuquerque para desalojar o vergueirismo. A principal liderança do grupo antivergueirista era o farmacêutico sergipano João Machado de Araújo (GONÇALVES E GONZÁLEZ, p. 188).

⁵ O Professor Toledo, após sua aposentadoria, criou, em 1847, o Colégio do Lajeado, uma famosa escola rural, que funcionava em regime de internato para meninos e meninas, sendo que a maior parte de seus alunos era constituída de filhos de tropeiros que frequentavam a feira de muares de Sorocaba (SOUZA FILHO, 2004, p. 180).

⁶ Local onde hoje se encontra a sede da loja Maçônica Perseverança III.

⁷ Lei Municipal nº 209, de 16 de janeiro de 1929.

⁸ Entrevista do Prof. Milton Marinho Martins, em junho de 2008, a Cilene Andrade Cruz (pesquisadora do HISTEDBR – GT Sorocaba).

BADDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império*. Comércio de animais e desenvolvimento urbano. São Paulo: Annablume-Fapesp, 2002.

ESCOBAR, José Ribeiro. Histórico da instrução pública paulista. *Revista de Educação*, São Paulo, v. IV, p. 158-190, dez. 1933.

FLEURY, Renato Sêneca. *História do "Getúlio Vargas"*. Artigo constante de recorte de jornal, sem indicação de origem e data, encontrado nos arquivos da Escola Municipal "Dr. Getúlio Vargas".

GONÇALVES, Júlio; GONZÁLEZ, Jorge Luís Cammarano. Escola, política e poder local: antecedentes do primeiro ginásio público de Sorocaba. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 27, set. 2007, p. 179-199. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art15_27.pdf>.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Instituto Fernand Braudel, 2005.

MENON, Og Natal. *Educação escolarizada em Sorocaba entre o Império e a República*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) " Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Educação em Sorocaba de 1768 a 1920. *Revista de Estudos Universitários*, Sorocaba, v. 23-24, 1998.

RODRIGUES, João Lourenço. *Um educador de outrora*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, [s./d.].

SANDANO, Wilson. A escola em Sorocaba no final do Império. *Série-Estudos*, Campo Grande-MS, n. 24, p. 187-199, jul./dez. 2007.

SANDANO, Wilson; SILVA, Ivanilson, Bezerra da; CARMO, Jefferson Carriello do. *A imigração italiana na cidade de Sorocaba e a experiência escolar no final do século XIX e início do século XX*. Sorocaba: Uniso, 2008. mimeo.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares e gestores educacionais. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, p-20-27, ago. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/art4_22e.pdf>.

SÃO PAULO (Estado). *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo, em 14 de julho de 1928, pelo Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado*. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1185>>. Acesso em: 10 ago. 2008.

SAVANI, Dermeval. Percorrendo caminhos na educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 3, n. 81, p. 273-290, dez. 2002.

SOROCABA (Município). *Lei n. 209, de 16 de janeiro de 1929*. Arquivos da Escola Municipal "Dr. Getúlio Vargas".

_____. *Decreto n. 11, de 24 de janeiro de 1933*. Arquivos da Escola Municipal "Dr. Getúlio Vargas".

SOUZA FILHO, João Dias de (org.). *Sorocaba 350 anos – uma história ilustrada*. Sorocaba: Fundação Ubaldino do Amaral, 2004. p. 177-192.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-88, maio/jun./jul./ago. 2000.

VIEIRA, Rogich. Liberada verba para escola profissional. *Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, 24 maio 1990. Pasta n. 389 do Arquivo do Jornal Cruzeiro do Sul.

Recebido em maio de 2009.

Aprovado para publicação em julho de 2009.

